

Partido dos Trabalhadores e populismo Estudo de caso da ascensão do PT no município de Gravataí – RS (1992-2016)

Worker's Party and populism Case study of the rise and fall of the PT in the city of Gravataí-RS (1992-2016)

Bruno Conceição¹

Resumo: A ascensão e queda eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) no município de Gravataí serve como uma analogia ao que pode ocorrer com o PT no nível nacional. A principal hipótese da decadência eleitoral do PT, na cidade de Gravataí, estaria conectada a fraca renovação de lideranças que o partido teve, ao longo do tempo, aliada à predominância do discurso populista do seu principal líder. A dependência partidária de um político populista liderando o partido foi um dos principais motivos para a fraca consolidação da organização partidária após a queda nas urnas. Na parte metodológica, os dados empíricos empregados nessa pesquisa provêm das estatísticas eleitorais fornecidas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante os pleitos de 1992 até 2016. Será usado um medidor da concentração/dispersão da oferta de partidos em cada eleição que é o Numero Efetivo de Partidos (NEP). A análise dos resultados eleitorais indica que a liderança populista no PT de Gravataí inviabilizou a consolidação de uma estrutura partidária sólida.

Palavras-chave: Eleições; Partido dos Trabalhadores; Populismo.

Abstract: The rise and fall of the Partido dos Trabalhadores (PT) in the city of Gravataí serves as an analogy to what can occur with the PT at the national level. The main hypothesis of PT's electoral decadence in the city of Gravataí would be connected to the weak renewal of leadership that the party has over time allied with the predominance of the populist discourse of its main leader. The partisan dependence of a populist politician leading the party was one of the main reasons

¹ Doutorando em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: brunopolitica@gmail.com.

for the weak consolidation of the party organization after the fall in the polls. In the methodological part, the empirical data used in this research come from the electoral statistics provided by the Regional Electoral Tribunal of Rio Grande do Sul (TRE-RS) and the Superior Electoral Court (TSE) during the 1992 to 2016 elections. A concentration / dispersion meter of the party offer shall be used in each election that is the Effective Party Number (NEP). The analysis of the electoral results indicates that the populist leadership in the PT of Gravataí made impossible the consolidation of a solid party structure.

Keywords: Election; Partido dos Trabalhadores; Populism.

1. Introdução

Principal partido de oposição na década de 1990. Quatro mandatos consecutivos para o Executivo na virada do século XX para o XXI. Político com muita popularidade. Processo de *impeachment*. Debandada de políticos da legenda. Estrondosa derrota nas urnas. Esse poderia ser o retrato do Partido dos Trabalhadores (PT) no plano federal, mas é uma caracterização da ascensão e da queda do PT no município de Gravataí. Localizado no estado do Rio Grande do Sul, esta cidade da região metropolitana de Porto Alegre teve o PT chegando à prefeitura em 1997, ficando no poder até o processo político que culminou na deposição da última prefeita petista no ano de 2011.

Pretendo traçar uma analogia do que ocorreu com o PT no nível municipal para dar uma explicação do ocaso que o PT nacional sofre na atual conjuntura política, após o afastamento da ex-Presidente Dilma Rousseff. Os problemas de governabilidade que o partido enfrentou na esfera nacional podem ter uma mesma fonte se olharmos de forma aprofundada a situação do PT nesta cidade gaúcha. As similaridades de trajetória do partido, tanto no nível local quanto no nível nacional, podem indicar as causas da perda de espaço político de um partido que foi a principal força de esquerda do continente sul-americano, no começo do século XXI, quando liderou a ascensão de governos de esquerda na América do Sul.

A principal hipótese da decadência eleitoral do PT nesse município gaúcho, que busco apresentar nesse artigo, estaria relacionada à fraca renovação de lideranças que o partido teve, ao longo do tempo, aliada à predominância do

discurso populista do seu principal líder. Em Gravataí, pesaria nas candidaturas petistas o fator do populismo de forma direta e indireta, assentada no líder político Daniel Bordignon que teve participação fundamental nas campanhas, como candidato, cabo eleitoral ou opositor, em todos os pleitos disputados pela legenda de 1992 até 2016. A dependência partidária de um político populista pode ser um dos principais motivos para a fraca consolidação da organização partidária na cidade, após a queda nas urnas na eleição municipal de 2016.

Na parte metodológica, os dados empíricos empregados nessa pesquisa provêm das estatísticas eleitorais fornecidas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Será usado um medidor da concentração/dispersão da oferta de partidos em cada eleição que é o Numero Efetivo de Partidos (NEP) criado por Markku Laakso e Rein Taagepera (1979).

O artigo está dividido em três seções. Na primeira seção, traço o contexto político local e a ascensão do PT no município de Gravataí. Na segunda seção, apresento os aspectos metodológicos e procedimentais da competição eleitoral em Gravataí. Na terceira seção, apresento os dados empíricos para o sucesso e o subsequente fracasso eleitoral do PT. Por último, apresento as conclusões desta pesquisa.

2. O contexto político em Gravataí

O PT foi fundado na cidade de Gravataí no final da década de 1980 seguindo a trajetória inicial do partido de concentração de suas forças nas regiões mais urbanizadas (Samuels, 2008). No começo desse período de redemocratização, o município teve um ciclo de prefeitos eleitos com a proposta trabalhista: Abílio Alves dos Santos (PTB), de 1983 até 1988; José Mariano Garcia da Mota (PDT), de 1989 até 1992; e Edir Pedro de Oliveira (PTB), de 1993 até 1996. Com esse cenário do eleitorado mais próximo das questões trabalhistas fica perceptível como a hegemonia vindoura do PT na prefeitura, a partir de 1996, esteve assentada em

uma tradição prévia de preeminência das questões trabalhistas como questão chave para a decisão do eleitor.

Outro ponto de ajuda nessa hegemonia petista no município gaúcho foi o crescimento econômico proporcionado pela instalação da fábrica automotiva da *General Motors*, que chegou na cidade no ano de 2000. A expansão de investimentos e de empregos que surgiram no ensejo da construção da fábrica de automóveis, e da ocupação de postos de trabalho na fábrica, fortaleceram o comércio local, em franco crescimento desde então, possibilitando que o PT se mantivesse 14 anos consecutivos na Prefeitura de Gravataí. Em consonância com o aumento de investimentos na cidade, o PT construiu melhorias em obras de pavimentação e saneamento para a população através da forma de gestão participativa das finanças de governo, disseminada com êxito pelo território brasileiro, de orçamento participativo, ou seja, participação da comunidade na escolha daquelas obras necessárias para os bairros da cidade (Pont, 1999).

No quadro 1, a seguir, apresento um panorama dos prefeitos eleitos durante o período analisado de competição eleitoral do PT na cidade, de 1992 até 2016. Cabe mencionar que a eleição suplementar no ano de 2017, para nova escolha do chefe do Executivo municipal, ocorreu porque o resultado da eleição de 2016 foi invalidado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), pois o candidato vencedor do pleito de 2016, Daniel Bordignon, teve seus votos impugnados em razão de problemas com a Justiça Eleitoral.

Quadro 1: Competição Eleitoral em Gravataí

Eleição	Prefeito Eleito	Partido do Eleito	Segundo Colocado	Partido do Segundo Colocado
1992	Edir Pedro de Oliveira	PTB	Daniel Bordignon	PT
1996	Daniel Bordignon	PT	Mariano Garcia Mota	PDT
2000	Daniel Bordignon	PT	Marco Alba	PMDB
2004	Sérgio Stasinski	PT	Abílio dos Santos	PTB
2008	Rita Sanco	PT	Jones Martins	PMDB
2012	Marco Alba	PMDB	Daniel Bordignon	PT
2016	Daniel Bordignon*	PDT	Marco Alba	PMDB
2017	Marco Alba	PMDB	Rosane Bordignon	PDT

Fonte: TRE-RS, dados processados pelo autor

*O resultado foi impugnado pela Justiça Eleitoral do estado do Rio Grande do Sul. Desse modo, uma eleição suplementar foi marcada para março de 2017, sem a presença do candidato Daniel Bordignon que foi impedido pela TRE-RS.

No quadro 1 fica evidente que de 1992 até 2012, o PT, mesmo quando era derrotado nas urnas, continuava sendo um dos dois partidos mais votados na eleição majoritária, enquanto havia revezamento entre os partidos adversários ao PT na cidade. O expoente do PT nesse período foi Daniel Bordignon. Se incluirmos o ano de 2008, no qual Bordignon foi impedido de concorrer uma semana antes do pleito, ele aparece em 75% (6 de 8 pleitos) das disputas eleitorais na cidade. Um candidato com participação em campanhas eleitorais ao Executivo municipal semelhante à de Lula no nível nacional que concorreu em 70% (5 de 7) dos pleitos presidenciais.

Os dois mandatos seguidos de Daniel Bordignon catapultaram o PT em Gravataí para um domínio eleitoral inédito. Contudo, esse domínio político foi conturbado em vários momentos. Essa preponderância da sigla na cidade esteve alicerçada em embates internos de um partido cheio de tendências conflitantes historicamente (Ribeiro, 2008). A intervenção partidária na seleção de quem irá disputar os cargos na campanha é crucial na trajetória política de qualquer candidato. O apoio dos caciques eleitorais serve como predomínio de uma facção sobre outra podendo comprometer o projeto competitivo da sigla.

As facções, dentro de um partido, impedem que se sucedam de forma apaziguada transições de governos quando há projetos pessoais paralelos. “O poder que tem um político fora de uma facção passa pelo poder que tem dentro dela, e reciprocamente” (Heredia, 2006, p.173). O caso exemplar ocorreu na escolha do candidato petista na eleição de 2008. O ex-prefeito Sergio Stasinski, ocupante petista da Prefeitura antes do pleito de 2008, teria, em tese, o maior nível de lembrança e mais apoio da sua legenda para ser o candidato natural à reeleição, a menos que outro candidato tivesse um *recall* maior que o dele. Nesse caso, o seu antecessor, Daniel Bordignon, tinha esse apelo maior com o eleitorado. A conjuntura partidária do PT em Gravataí decidiu retirar a chance de o ex-prefeito

Sergio Stasinsky concorrer a um segundo mandato. Bordignon foi o nome do partido escolhido para tentar um terceiro período no poder como estratégia de assegurar a manutenção no poder através de um político bem avaliado com a população em detrimento do prefeito em exercício.

A retirada da possibilidade de um prefeito em exercício concorrer à reeleição pelo partido, sem motivos aparentes além do desacordo entre as facções internas da sigla e da expectativa de vitória mais tranquila, demonstra a força pessoal de Bordignon dentro do PT que segundo Raul Pont, político petista proeminente no Rio Grande do Sul, “o peso dele é muito forte em Gravataí”². Há critérios necessários que um candidato precisa possuir, nesse caso uma popularidade, em detrimento daquele considerado natural a manter-se na disputa. Esse traço de briga interna, refletida às vezes externamente, são sinais perceptíveis de enfraquecimento da organização partidária. Na vida cotidiana partidária são ocultados da mídia os embates internos e as discordâncias pessoais porque “torná-las públicas seria introduzir o conflito público no interior da facção” (Heredia, 2006, p.171).

Apesar da aprovação do partido para sua indicação como candidato nas eleições de 2008, Daniel Bordignon ficou impedido de concorrer ao cargo de prefeito em razão de uma decisão judicial. A condenação deriva de improbidade administrativa referente a contratações no setor administrativo da prefeitura durante sua última gestão como chefe do Executivo municipal. Sendo proibido de concorrer, faltando poucos dias para a eleição, quem ocupou a vaga como candidata petista para prefeito foi Rita Sanco, que era a vice-prefeita na chapa inicial com Bordignon. Um fato peculiar desse pleito foi que a Justiça Eleitoral ficou sem tempo hábil para trocar os dados na urna eletrônica continuando, portanto, a foto do ex-candidato Daniel Bordignon aparecendo para o eleitor que desejasse votar em Rita Sanco.

Cabe ressaltar que esta foi a última gestão petista na cidade marcando o começo da queda eleitoral do partido. Primeira mulher a ser eleita na cidade de

²Endereço:<http://clicrbs.com.br/eleicoes2008/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&action=noticias&id=2216431§ion=Not%EDcias>. Acessado em 10/10/2017.

Gravataí, Rita Sanco também foi pioneira em sofrer um processo de *impeachment* motivado pelo crescimento da dívida pública da prefeitura municipal contraída através de renegociações dos órgãos prestadores de serviços, como a Companhia Rio Grandense de Saneamento (Corsan), a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), e a Rio Grande Energia Elétrica (RGE).

O processo de *impeachment* foi protocolado pela Câmara de Vereadores originado por supostas irregularidades nas contas do município. Por 10 votos a 4 dos vereadores municipais, ela foi cassada em outubro de 2011, apesar de já ter sido afastada por 60 dias do cargo, sendo então substituída pelo Presidente da Câmara de Vereadores, Nadir Rocha do PMDB. A desmobilização verificada na população, que ficou indiferente tanto a denúncia da oposição quanto às explicações da prefeita petista cassada, indicam um problema de popularidade desse governo pelo esvaziamento de apoio em um momento crucial de sua administração. O vínculo inexistente do governante com os governados, somado a imperícia de criar maioria no legislativo para barrar o andamento do processo de cassação, foi determinante na deposição do PT de Gravataí, antes do término do mandato que se encerraria em 2012. Tal situação foi vista também no plano nacional com Dilma Rousseff, mas de forma muito mais dramática e prolongada.

A ex-prefeita cassada Rita Sanco realçou, em duas oportunidades distintas, em entrevista ao *site Sul21*³ e ao *site Seguinte*, que havia um estilo único de liderança junto ao povo representado pelo ex-prefeito Bordignon. O diagnóstico de assimetria no aspecto de vínculo com a população sobre o padrinho político assemelha-se com a postura que teve a ex-Presidente Dilma Rousseff com o ex-presidente Lula já que as duas compartilham, além da deposição via *impeachment*, suas respectivas indicações para serem cabeça de chapas para cargos majoritários à estas lideranças nacional e local. Nessa mesma entrevista, perguntada sobre se haveria uma reversão quanto ao *impeachment* sofrido, Rita Sanco comenta: “Temos 30% de aprovação na população. O deputado Daniel Bordignon tem uma popularidade imbatível. Eles não ganham eleição por isso tiveram que apelar”.

³Endereço: <http://sul21.com.br/jornal/2011/10/se-eu-entregasse-uma-receita-de-bolo-na-sessao-daria-o-mesmo-efeito-diz-prefeita-cassada/> Acessado dia 10/10/2017.

A declaração da ex-prefeita contesta o modo de ação da oposição, mas vislumbra a alternativa do partido para o futuro político nas eleições posteriores, ou seja, o retorno do populismo figurado na imagem do líder petista. No entanto, novamente os problemas da incerteza da participação de Bordignon no pleito de 2012, no qual sua participação virou caso judicial se seus votos seriam contabilizados ou não, facilitaram sua derrota, ainda que por margem estreita de votos, para seu rival político na cidade Marco Alba do PMDB. O PT deveria esperar mais quatro anos para tentar retomar à Prefeitura de Gravataí.

Contudo, quando Daniel Bordignon decidiu sair do PT para o PDT, no começo de 2016, houve um abalo nas fileiras petistas. Em entrevista⁴ após ser deposta da prefeitura municipal, a ex-prefeita Rita Sanco credita que a motivação dessa saída de Bordignon da sigla estaria vinculada ao desgaste do PT em âmbito nacional, oriundo dos escândalos de corrupção na Petrobrás descoberto pela Operação Lava Jato da Polícia Federal, além da aproximação de Bordignon com políticos envolvidos com a cassação da ex-prefeita que desagradou militantes. Todo esse contexto facilitou uma decisão pessoal de mudar de partido para viabilizar seu desejo de retorno ao cargo de prefeito.

Houve uma forte mudança na balança de forças na competição eleitoral da cidade com essa troca de partido. Tanto na eleição regular de 2016, quanto na eleição suplementar de 2017, os dois primeiros colocados são candidatos do PMDB ou do PDT, sendo que na eleição de 2016 Daniel Bordignon venceu a eleição pelo PDT, ou seja, seu prestígio pessoal permaneceu intacto mesmo mudando de sigla. O fato de ter tido uma longa carreira política vinculada ao PT parece que não pesou para que o eleitorado petista, simpático à identidade partidária ou mesmo a ideologia do partido, viesse punir o líder populista nas urnas pela troca partidária. Pelo contrário, houve o abandono dos votos no PT que atingiu a pior colocação em disputas majoritárias nesse período, ficando em 5º lugar na eleição regular de 2016, e em 5º lugar novamente na eleição suplementar de 2017. Esse resultado já é um indício da fraca renovação de liderança dentro do PT local e da dependência

⁴Endereço:< http://seguinte.inf.br/mobile//noticias/poder/100_Golpe-contra-Dilma-e-igual-ao-golpe-de-2011-em-Gravatai,-diz-prefeita-cassada>. Acessado em 10/10/2017.

do partido àquela figura populista. Os aspectos populistas de Daniel Bordignon são traçados na próxima seção.

3. O populismo numa perspectiva local

Repousa sobre a popularidade do político Daniel Bordignon, um dos fundadores do PT em Gravataí, a liderança que o partido obteve ao longo desses anos no poder. A carreira política dele é claramente conectada ao movimento social que deu vida ao Partido dos Trabalhadores no Brasil. Em entrevista⁵, realizada em 2011, Bordignon comenta como foi participar da fundação do PT:

Minha família era do MDB e muito católica. E eu ia à missa todos os finais de semana. A Igreja era um dos poucos espaços de socialização durante o regime militar. Eu participava do movimento de jovens da igreja e do movimento sindical da indústria em que trabalhava. No mesmo período um cara chamado Luiz Inácio Lula da Silva liderava uma greve no ABC. Nós ouvíamos tudo por rádio. Logo em seguida veio a greve dos bancários, liderada por Olívio Dutra, e a da construção civil. O movimento estudantil foi para as ruas. Daí surgiu um desejo de que se tivesse um partido dos trabalhadores. O PT surgiu do fragor da batalha. Nós criamos um partido de esquerda pelos trabalhadores.

Essa disposição, na origem do PT, de ser porta-voz dos anseios da população vai conduzir a relação do político Bordignon com a população de Gravataí, no sentido de separar o povo daqueles que prejudicam seus interesses. É por causa dessa postura que caracterizo a liderança de Daniel Bordignon conectada ao fenômeno do populismo. Francisco Weffort (1978), um dos principais autores sobre este conceito, define populismo da seguinte forma: “o populismo é, no essencial, a exaltação do poder público; é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos na massa” (Weffort, 1978, p.28). Para Weffort, o líder populista usa do seu prestígio com a população para alcançar o controle da máquina estatal. Alcançado o cargo público, o usufruto das benesses estatais só pode ser adquirido pelo povo por meio

⁵ Entrevista ao site de notícias Sul21. < <http://www.sul21.com.br/jornal/daniel-bordignon-o-pt-e-um-partido-que-choca-por-ter-suas-conviccoes/>>. Acessado em 27 de março de 2017.

da mediação do líder populista. É uma relação passiva das massas dependente, em boa medida, da capacidade de o político populista efetivar promessas feitas durante as campanhas eleitorais, ou durante seu mandato.

O conceito de populismo tem sido um recurso analítico para a Ciência Política quando identifica um discurso político que separa uma parte importante da população, designada comumente como “povo” ou “massas”, de seus antagonistas. O político populista seria aquele que maneja essa dicotomia de forma a sustentar uma defesa do povo contra esse inimigo, na maioria dos casos as elites locais, que impede a ascensão popular aos bens de consumo ou aos direitos sociais (Panizza, 2005).

Na sua trajetória política na cidade, Daniel Bordignon possuiu a habilidade de se comunicar com a população naquilo que caracteriza o estilo populista de ação: interação direta com as “massas” com discurso emocional e de fácil assimilação. Na eleição suplementar para o cargo de prefeito, em 2017, houve vários exemplos dessa marca populista. Impedido de participar da disputa, tornou-se o principal cabo eleitoral de sua esposa, Rosane Bordignon, como candidata do PDT para o posto de chefe do Executivo. Daniel Bordignon participou de forma ativa da campanha subindo em palanques, em carros de som, conversando com a população quase como se fosse o próprio candidato que iria governar no futuro. O panfleto de campanha publicitário da candidata Rosane Bordignon contém uma afirmação emotiva de Daniel Bordignon que elucida muito do seu viés populista:

O povo sabe quem é quem. O povo olha para os candidatos e sabe de que lado eles estão, se é do lado dos poderosos, dos ricos, ou dos trabalhadores, dos pobres. Confiemos no povo, ele já mostrou isso na eleição anterior [2016], nos dando a vitória [para Daniel Bordignon], e vai mostrar novamente elegendo Rosane Bordignon prefeita no dia 12 de março [de 2017].

Essa popularidade junto ao eleitorado lhe permitia, também, um controle autocrático dentro do PT local. Houve uma assimetria nas decisões políticas quanto ao futuro do PT local no período que Bordignon esteve dentro da sigla em razão do seu prestígio pessoal. Mesmo quando da sua saída do cargo de prefeito,

depois de findo seus dois mandatos, isso apenas significou um afastamento da disputa ao governo municipal, mas não da carreira política, a qual deu prosseguimento com as eleições exitosas para deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, para dois mandatos, em 2006 e em 2010. Em uma entrevista para um jornal da cidade, perguntado sobre se preferiria as funções executivas mais do que as legislativas, Bordignon respondeu de forma contundente: “Nunca escondi isso mesmo. Mas se minha função é legislativa, vou cumprir da melhor forma. [...] Fui prefeito, sei que o cabelo e a barba branqueiam rápido, mas é meu perfil”⁶.

Tal postura de virar legislador estadual pode indicar pragmatismo de se manter visível para uma investida posterior à Prefeitura de Gravataí já que a votação dele na campanha vencedora de reeleição, no pleito de 2000, foi bastante expressiva. O fator da reeleição, aliás, favoreceu o líder carismático, Daniel Bordignon, mas foi também gerador de conflito entre os membros da legenda.

A reeleição indica aceitação do eleitorado ao partido situacionista enquanto esteve governando. No Brasil, desde o período anterior à redemocratização, em 1985, era interdita a permanência sucessiva no poder Executivo. A adoção do acréscimo de outro mandato consecutivo, ao mesmo político em exercício da função no Executivo, só reaparece no ensejo das eleições presidenciais de 1998 cujo beneficiário foi o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso⁷. Esse rearranjo das possibilidades de perpetuação pessoal em cargos majoritários, a partir da entrada do dispositivo da reeleição no Brasil, influi diretamente nas iniciativas do PT local de formular sua plataforma política. O dispositivo da reeleição apresentou uma nova forma de *accountability* do eleitor podendo julgar não apenas a identidade partidária, já que anteriormente havia mudança nos nomes da sigla de uma eleição para outra, mas também a possibilidade de fazer sua

⁶ Jornal Correio de Gravataí nº3893, 28 de outubro de 2010, p.4.

⁷ Com ampla maioria parlamentar no Congresso, o Presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu aprovar, de forma tranquila, o projeto de reeleição podendo, assim, disputar a reeleição e vencê-la. Antonio Cardarelo (2009) argumenta que o continente sulamericano instituiu esse mecanismo com atraso, em relação aos norte-americanos, devido ao passado de autoritarismo da região reforçado, ainda, por falta de freios legais aos poderes do Executivo. Essa preocupação com a manutenção indefinida no cargo majoritário era sintomática por toda a América do Sul.

escolha pelo vínculo carismático com o candidato. É de se supor que na ausência da possibilidade de reeleição, os partidos precisavam fazer uma seleção mais rigorosa de líderes partidários promovendo, dessa forma, uma renovação dos quadros, a cada pleito. A partir do surgimento da reeleição essa busca por novas lideranças já poderia ser mais vagarosa.

Na cidade de Gravataí tivemos a utilização da reeleição, que favoreceu o candidato Bordignon, no pleito eleitoral de 2000 e, mais recentemente, na reeleição de Marco Alba do PMDB, em 2017. No entanto, somente Bordignon conseguiu tal feito dentro do seu partido mesmo que, a partir das gestões petistas no município, estivesse permitido se reeleger.

Antes que esse fator possa ser amplamente utilizado por todos os candidatos passa, necessariamente, por uma avaliação de viabilidade desse recurso pelo partido. É provável supor que candidatos personalistas tendam a receber essa segunda chance porque independente de sua gestão, positiva ou negativa, seu *accountability* é feito de forma individualista, ou seja, recorrem a expectativas que sonham sentimentos partidários. Ou mesmo quando há um cenário onde os partidos políticos são estigmatizados, ou são indissociáveis, cabe votar de maneira personalista. Todavia, Alberto Almeida (2008) argumenta que sem antipatias visíveis demarcadas nas pesquisas de opinião, o eleitorado tende a recorrer ao candidato que já está ocupando o cargo, até prescindindo do carisma dele, se possui, no momento antecedente a eleição, avaliação satisfatória.

A reeleição favorece o ocupante do cargo público muito menos porque ele tem o controle da máquina e muito mais porque ele tem uma enorme vantagem na lembrança do eleitorado em face do candidato de oposição. Se ele já foi eleito uma vez e governou por quatro anos, muito dificilmente haverá outro candidato que tenha um recall tão forte. Como há assimetria na linha de largada, o instituto da reeleição confere um quê de conservadorismo à democracia e ao processo eleitoral (Almeida, 2008, p.56).

Entretanto, o conceito utilizado por Almeida (2008) de lembrança ou *recall* não preenche as relações simbólicas que estão interligadas entre representante e representado quanto ao fenômeno do populismo. Existe mais do que um voto

racional para premiar um gestor razoável. Quando há um líder populista no pleito existe uma ligação emocional entre ele e o povo que facilita a conquista de votos.

4. Aspectos metodológicos

A Câmara de Vereadores de Gravataí possui 21 assentos legislativos em disputa definidas pelo sistema de representação proporcional de lista aberta. O formato atual do sistema eleitoral surge a partir da Constituição Federal de 1988⁸, sendo da mesma forma observada na Lei das Eleições⁹ de 1997, com o Prefeito elegendo-se com o maior número de votos válidos. A excepcionalidade está nos municípios acima de 200 mil eleitores que requerem maioria absoluta de votos válidos. As disputas em Gravataí ocorrem em turno único porque o contingente populacional da cidade não atinge o necessário para adoção do regime de dois turnos, de 200 mil eleitores aptos a votar, imprescindível para um segundo turno. Isso modifica a corrida ao Executivo, diferente do que ocorre em disputas com dois turnos, porque o turno único tende a reduzir a um dualismo as disputas, pela regra de maioria simples (quem tiver mais votos vence) favorecer a construção de coligações e desistência de candidatos com poucas chances de vitória nas campanhas eleitorais (Duverger, 1970). Com menos candidatos, os grupos políticos se parecem similares porque disputam o mesmo perfil preponderante do eleitorado, o eleitor mediano, para maximizar suas chances de sucesso.

A implantação do princípio majoritário e da representação proporcional de lista aberta, considerando eleições democráticas sem fraudes no Brasil, provém do Código Eleitoral de 1950¹⁰. Segundo Jairo Nicolau (2012), a partir de 1950 houve a equivalência do sistema eleitoral para todos os níveis da estrutura federativa brasileira. Assim, a representação proporcional de lista aberta continua sendo,

⁸ **Art. 29, inciso I** – eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito *direto e simultâneo* realizado em todo o País;

Art. 29, inciso II – eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art.77 no caso de municípios com mais de duzentos mil eleitores. **Constituição da República Federativa do Brasil.**

⁹ **Art. 3º** Será considerado eleito Prefeito o candidato que obtiver a maioria dos votos, não computados os em branco e os nulos. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.**

¹⁰ **Lei nº1164, de 24 de julho de 1950, art.46.**

desde essa época, a forma de escolha dos representantes para a Câmara de Vereadores da mesma forma que é o sistema utilizado para as disputas nas Assembleias Estaduais e para a Câmara dos Deputados. Dependendo do tamanho do município, o número de parlamentares pode aumentar ou diminuir no limite mínimo de 9 vereadores, para os municípios com até 15 mil habitantes, e no limite máximo de 55 vereadores, para as cidades com mais de 8 milhões de habitantes.

Delineado o sistema eleitoral no qual ocorrem as eleições no município gaúcho, apresento como se dará a mensuração dos dados eleitorais. Será usado um medidor da concentração/dispersão da oferta de partidos em cada eleição que é o Numero Efetivo de Partidos (NEP) criado por Markku Laakso e Rein Taagepera (1979). Este é um índice amplamente utilizado em estudos eleitorais na Ciência Política já que identifica o número de partidos que realmente pesam na disputa. Para tanto, o NEP é extraído da seguinte fórmula:

$$N = 1 / \sum (V_i / 100)^2$$

Onde: V_i = percentagem de votos de cada partido

Uma variação desse indicador pode ser utilizada para disputas majoritárias, ao invés do foco em disputas parlamentares. Gary Cox (1997) utiliza a nomenclatura *Number of Viable Competitors* para analisar a competição eleitoral nas eleições majoritárias quando os votos válidos percentuais utilizados são dos candidatos, porém usando a mesma fórmula do NEP de Laakso e Taagepera (1979). A substituição do foco de pesquisa dos partidos para, no seu lugar, a análise das candidaturas ao Executivo municipal torna-se o caminho metodológico mais confiável para mensurar a competição municipal ao Executivo (Shugart & Carey, 1992; Cox, 1997). Nomeado como Número Efetivo de Candidatos (NEC) esta variação do NEP é baseado na efetividade de concorrência no pleito.

Assim, os valores encontrados na análise tanto do NEP quanto do NEC correspondem a este critério: a) valores entre 0 e 1,5 – denotam uma preponderância de um partido ou candidato no pleito; b) valores entre 1,6 e 2,4 –

denotam um dualismo; e c) valores acima de 2,5 – denotam uma disputa competitiva entre vários partidos ou candidatos. Estes índices serão usados no intuito de esclarecer o grau de competitividade das eleições no município durante o período eleitoral analisado, de 1992 até 2016.

5. Análise de dados

Agora passo a análise das disputas eleitorais em Gravataí para discutir a hipótese de pesquisa de que a fraca renovação de lideranças que o PT local teve ao longo do tempo aliada a predominância do discurso populista de Daniel Bordignon são essenciais para compreender a ascensão e posterior queda eleitoral do PT no município. A análise da competitividade partidária e os desdobramentos dos efeitos do sistema eleitoral sobre o sistema partidário são recorrentes nos estudos municipais (Conceição, 2015).

Em seu estudo clássico sobre partidos políticos, Maurice Duverger (1970) percebeu a influência do sistema eleitoral na disposição dos partidos em escrutínios majoritários. Esse caráter técnico influi no sistema partidário aumentando e diminuindo o número de concorrentes. Quando há um só turno são reduzidas as expectativas dos partidos de sucesso no pleito, tendendo na prática ao bipartidarismo. De outro lado, o regime de dois turnos tende a aumentar os competidores, visto que há uma primeira rodada de classificação de duas siglas, quando não existe um pleno favorito, permitindo que estratégias de campanha possam ser úteis para uma investida posterior no segundo turno.

Ainda sobre o sistema eleitoral, é importante também problematizar os efeitos mecânicos e psicológicos que o uso desse imperativo técnico acarreta na escolha que o eleitor possui dos partidos. Duverger (1970) salienta que isso interfere na opção do eleitor de votar no candidato preferencial, para impedir que

o vencedor da eleição seja de uma legenda conflitante a concepção ideológica do eleitor, e, também, limita artificialmente o número de siglas em disputa. A disputa em turno único favoreceria que o eleitor escolhesse apenas o candidato com mais chances de vencer, favorecendo o dualismo. De outro lado, a disputa em dois turnos favoreceria que o eleitor escolhesse o candidato de sua preferência, independentemente de sua posição nas pesquisas, para conduzi-lo ao segundo turno. Nessas condições, o multipartidarismo seria esperado (Duverger, 1970).

As eleições majoritárias com turno único, como já mencionado, são pouco competitivas no que concerne ao número de candidatos. Sem a possibilidade de segundo turno, os partidos precisam lançar candidatos que possam conquistar o maior número de eleitores contra uma oferta reduzida de candidatos, porém mais qualificados. Desse modo, as coligações partidárias tornam-se estratégias mais eficientes do que cada partido lançar candidatos avulsos.

No estudo de Bruno Conceição (2015) sobre as eleições municipais de 2012 já aparece uma forte correlação de que a fórmula eleitoral de maioria simples, conforme a previsão de Maurice Duverger (1970), tende a reduzir o número de candidatos nas disputas municipais para um dualismo. Na tabela 1, tem-se os valores de NEC para as eleições ao Executivo municipal na cidade de Gravataí. A média foi de 3,05 candidatos efetivos em cada eleição. Isso mostra que as eleições nesta cidade fugiram da tendência observada nos municípios que adotam o sistema eleitoral de maioria simples de dualismo político (Conceição, 2015).

Tabela 1. Número de candidatos efetivos nas eleições majoritárias em Gravataí

Eleição	NEC	Eleição	NEC
1992	4,1	2008	2,5
1996	3	2012	3
2000	2,2	2016	3,9
2004	2,7	2017	3

Fonte: TRE-RS, dados processados pelo autor

Uma vantagem tanto do índice NEC quanto do índice NEP, conforme afirma Jairo Nicolau (2005), é que esse cálculo proporciona visualização imediata das dinâmicas de disputa entre os candidatos. A ponderação a ser feita sobre esse

índice, todavia, é que ele não esclarece quem são os políticos que estão dominando os sufrágios porque sendo um construto matemático fica impossível determinar quem representa os valores, ficando o trabalho de identificação ao pesquisador (Nicolau, 2005). Portanto, o NEC só mostra a quantidade de disputantes da eleição sem nomeá-los.

Nos casos observados, aconteceu uma discrepância com a chamada “lei de Duverger” de que o sistema eleitoral de maioria simples tende ao dualismo. Os valores observados indicam competitividade em Gravataí que podem ser explicados pelo número alto de competidores que lançaram candidatura, média de 6 candidatos, em regime de turno único, refutando nesse caso a tendência de dualismo das disputas ao Executivo (Conceição, 2015).

Tabela 2. Número de partidos efetivos nas eleições parlamentares em Gravataí

Eleição	NEP	Eleição	NEP
1992	5,3	2008	5,1
1996	6,5	2012	6,4
2000	5,3	2016	8,9
2004	5,3	-	-

Fonte: TRE-RS, dados processados pelo autor

No que tange as eleições parlamentares usando forma de representação proporcional de lista aberta, conforme previsto por Duverger (1970) o dualismo desaparece. A média vista na tabela 2, acima, é de 6,1 partidos efetivos para a Câmara de Vereadores. Essa competitividade na corrida parlamentar acarreta na perda de maioria que quase todos os governantes brasileiros precisam lidar já que a coalizão partidária é a única forma do chefe do Executivo aprovar sua agenda de governo.

Na tabela 3, adiante, mostra-se a disposição de cadeiras para a Câmara de Vereadores. O número de vereadores foi reduzido nas eleições de 2004 e de 2008 via decisão judicial do TSE, mas que foi posteriormente derrubada. Nota-se como um efeito, que será descrito mais adiante, as críticas de corrupção direcionadas ao Partido dos Trabalhadores afetaram sua base no nível local que não possui, diretamente, qualquer vínculo com os casos de corrupção no nível nacional. Assim,

o PDT se transformou no partido de esquerda de oposição em Gravataí, enquanto o PT encolheu consideravelmente na esteira das denúncias que a mídia sistematicamente coloca sobre a legenda.

Tabela 3. Número de cadeiras conquistadas, por partido, para a Câmara de Vereadores de Gravataí (1992–2016)

Partido	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016
PT	3	5	6	4	6	4	0
PMDB	3	2	3	3	3	6	5
PDT	5	4	3	0	0	0	3
PSDB	2	2	1	1	0	0	2
PTB	5	5	2	3	1	1	1
PSB	0	0	3	1	1	2	3
Outro	3	3	3	2	3	8	7
TOTAL	21	21	21	14	14	21	21

Fonte: TRE-RS, dados processados pelo autor

A perda de maioria parlamentar, aliada com a saída de vereadores petistas para outros partidos, será a maneira com a qual a oposição conseguirá retirar o PT, antes do término do mandato da prefeita eleita Rita Sanco, no último ciclo de governo petista na cidade de 2008 até 2011, por meio de ação da Câmara de Vereadores. Alan Lacerda (2002) comenta, analisando o PT no estado do Rio Grande do Norte, que a cisão partidária é algo extremamente complicado de acontecer em razão: 1) do arranjo institucional intrapartidário - que permite a competitividade entre facções; 2) do nível de divergência ideológica entre grupos internos ser controlável; e 3) dos custos eleitorais da cisão de uma facção que pode perder espaço com o eleitorado saindo de um partido para outro. O caso de Gravataí é sintomático de que essa hipótese de cisão partidária pode vir a ocorrer mesmo em organizações de lógica interna inclusiva e competitiva como o PT (Lacerda, 2002). A cisão partidária vista no PT de Gravataí ocorreu porque o componente populismo foi predominante dentro da vida partidária.

Os dados empíricos da eleição de 2016 sustentam essa visão de cisão partidária: a) a expressiva votação de Bordignon já como candidato do PDT; e b) a ausência de vereadores petistas eleitos na cidade. Ou seja, as três variáveis mencionadas por Lacerda (2002) que impediriam uma cisão partidária – arranjo

institucional, permissão de divergências ideológicas e custos eleitorais – não foram impeditivos para que planos pessoais se sobrepusessem aos interesses partidários. Se uma liderança populista barra toda a forma de avanço, de outras facções, ao poder na direção de um partido favorece a quebra da unidade partidária.

Um meio de comparação da força política, pautada na característica personalista de um candidato, é perceber se existe uma discrepância no seu percentual de votos em relação à votação da própria bancada partidária na mesma eleição. Quase como uma gangorra, essa avaliação pode indicar assimetria de apoio popular da sigla no Parlamento e no Governo, como mostrar uma horizontalidade nas expectativas de sucesso nos âmbitos Legislativo e Executivo. André Marengo (2009) já utilizou esse comparativo da votação majoritária em oposição à votação da coalizão eleitoral para analisar resultados das eleições municipais de 2008 em Porto Alegre, mais especificamente, a questão de voto mais personalista de uma das concorrentes à Prefeitura da capital, a candidata Manuela D’Avila do Partido Comunista do Brasil (PC do B), no intuito de verificar o potencial dela de alavancar a votação da sua bancada.

A possível ocorrência de oscilações dos votos nas esferas Legislativa e Executiva pode demonstrar, de um lado, que há um diferencial de apoio do líder populista que é desvinculado da votação de sua bancada parlamentar ou, de outro lado, pode acontecer do capital de sufrágios do líder populista transmita uma espécie de apoio a bancada, pela transferência de avaliação positiva, se há um acréscimo de votos da bancada parlamentar de uma eleição para outra.

Contudo, quando há estabilidade dos votos da bancada, a cada eleição, é provável supor que exista uma indiferença do eleitorado quanto ao escolhido na eleição majoritária interferir na eleição proporcional. Sendo as eleições majoritárias e parlamentares servindo a distintos propósitos, a majoritária formar governo e a parlamentar espelhar a sociedade, os eleitores podem premiar ou punir os representantes sem fazer cálculos prévios para dar maiorias parlamentares aos governantes. “Diferenças expressivas nas votações registradas por candidatos majoritários e os votos de sua coalizão eleitoral legislativa dão a medida sobre que atributos pessoais do candidato fizeram a diferença, para que

ele obtivesse votos muito além do tamanho de sua base partidária” (Marenco, 2009, p.73).

Tabela 4. Comparativo de voto do candidato do PT versus votação da bancada

Eleição	Candidato	Votos Válidos Candidato (%)	Votos Válidos para o Legislativo do PT (%)
1992	Daniel Bordignon	26,7	20,7
1996	Daniel Bordignon	40,8	19,2
2000	Daniel Bordignon	62	34,1
2004	Sérgio Stasinski	47,2	30,2
2008	Rita Sanco	50,3	33,5
2012	Daniel Bordignon	34,4	21,3
2016	Luiz Amaral da Silva	2	5,8
2017	Luiz Amaral da Silva	1	-

Fonte: TRE-RS, dados processados pelo autor

Na tabela 4, os resultados indicam concomitância entre o crescimento da base parlamentar petista e o sucesso dos candidatos petistas eleitos no escrutínio majoritário. O salto de adesão partidária, de 1992 a 2008, mostra que os anos administrados pelo candidato Bordignon elevaram, significativamente, a força petista na localidade, fato reafirmado na eleição de seus sucessores para a Prefeitura. Na eleição de 1996 começou a ascensão da legenda com mais cadeiras no Legislativo local. Em 2000, se atingiu o maior patamar percentual de apoio a base petista na Câmara de Vereadores durante o mandato de Bordignon. Até 2012, último ano que Bordignon concorreu pelo PT, a votação da bancada parlamentar petista apresentava resultados satisfatórios.

Há, contudo, um decréscimo acentuado de perda de apoio eleitoral no último pleito municipal de 2016, tanto para a Prefeitura quanto para a Câmara de Vereadores. A explicação para a queda de votação, na disputa ao cargo de prefeito, estaria ligada a ausência do líder populista. Existindo oscilações tão acentuadas no número de sufrágios concedidos a bancada partidária, o argumento mais contundente é de que isso só possa ser derivado de uma transferência de avaliação positiva do político populista que aumentaria os assentos disponíveis para sua bancada. Ausente esse perfil no partido, a transferência de votos é cessada para a bancada parlamentar. Esse fenômeno de queda eleitoral do PT de Gravataí não foi

um fato isolado. A tabela 5 mostra a votação do PT, e de outros partidos, nas últimas três eleições municipais para o cargo de prefeito. Destaca-se o ano de 2016 sendo de queda no número de prefeituras conquistada pelo PT.

Tabela 5. Prefeituras conquistadas, por partido, nas últimas três eleições municipais

Partido	Eleição					
	2008	(%)	2012	(%)	2016	(%)
DEM	495	9	278	5	266	4,8
PC do B	41	0,7	54	1	81	1,5
PCB	0	0	0	0	0	0
PCO	0	0	0	0	0	0
PDT	351	6,4	307	5,5	335	6,1
PHS	13	0,2	16	0,3	37	0,7
PMDB	1.194	21,6	1021	18,3	1038	18,8
PMB	0	0	0	0	4	0,1
PMN	42	0,8	42	0,7	28	0,5
PP	549	9,9	476	8,5	492	8,9
PPS	129	2,3	125	2,2	122	2,2
PPL	0	0	11	0,2	4	0,1
PR	384	7	275	4,9	299	5,4
PRB	54	1	80	1,4	105	1,9
PRP	17	0,4	23	0,4	18	0,3
PRTB	11	0,2	16	0,3	10	0,2
PSB	308	5,6	440	7,9	415	7,5
PSD	0	0	498	8,9	540	9,8
PSC	57	1	82	1,5	87	1,6
PSDB	787	14,2	695	12,5	803	14,5
PSDC	8	0,1	10	0,2	9	0,1
PSL	15	0,3	23	0,4	31	0,6
PSOL	0	0	1	0,1	2	0,1
PSTU	0	0	0	0	0	0
PT	549	9,9	638	11,5	254	4,6
PT do B	8	0,1	25	0,5	14	0,2
PTB	410	7,4	298	5,4	261	4,7
PTC	13	0,2	20	0,4	15	0,3
PTN	16	0,3	12	0,2	30	0,5
PV	75	1,4	100	1,8	103	1,9
PROS	0	0	0	0	52	0,9
REDE	0	0	0	0	7	0,1
SD	0	0	0	0	63	1,1
Total	5.526	100	5566	100	5525	100

Fonte: TSE, dados processados pelo autor

Partido dos Trabalhadores e populismo: Estudo de caso da ascensão do PT no município de Gravataí – RS (1992-2016) | Bruno Conceição | 11 – 35

A Operação Lava Jato, iniciada em 2014, foi um dos fatores de enfraquecimento nas ambições partidárias do Partido dos Trabalhadores. O trabalho da Polícia Federal na investigação de desvios de recursos da principal empresa estatal do país, a gigante petrolífera Petrobrás, afetou a classe política sendo a principal variável na balança de força das eleições municipais de 2016. Isto pode ser conferido na mudança de prefeituras conquistadas pelos partidos nas últimas três eleições municipais. Até a correlação de forças entre os principais partidos foi atingida com o crescimento dos partidos mais novos ou “emergentes”. O PT, entretanto, foi o grande derrotado dos efeitos da Operação Lava Jato saindo de um patamar de algo em torno de 10% das prefeituras conquistadas, nas eleições de 2008 e de 2012, para a metade disso em 2016.

É de se supor que se o PT estivesse com menos candidatos com este perfil populista teria tido mais força para permanecer competitivo no município de Gravataí já que o PT perdeu muitas cidades em decorrências dos escândalos de corrupção. Essa tendência de queda eleitoral do PT pelo Brasil se refletiu no município de Gravataí que teve a saída de seu político mais carismático, entre outros vereadores do partido que mudaram para outras legendas no decorrer de 2012 até 2016, além da própria deserção do eleitorado. Fica claro que a ausência de uma liderança populista afetou as possibilidades eleitorais do partido, acostumado que estava com esse padrão nas eleições.

6. Considerações finais

É visto que o sistema eleitoral brasileiro favorece investidas personalistas amparadas pela fraca ligação entre os partidos e os eleitores, propiciando que líderes carismáticos substituam os partidos como reguladores da disputa política. Na cidade de Gravataí, o viés populista da principal liderança petista foi crucial para a longa duração do PT nesse município. A permanência do PT tornou-se facilitada com a possibilidade de reeleição, a partir da eleição de 2000, estimulando que governos bem avaliados pela população se mantivessem no cargo.

Aberta a possibilidade de reeleger-se aumenta a força do governante, se este possui popularidade, frente à sua legenda dispondo de meios legais para trilhar vários anos no controle do aparato estatal.

Conforme analisado anteriormente, o desempenho eleitoral do político populista Daniel Bordignon, comparado a sua bancada partidária, indica que ele teve peso essencial no sucesso do PT de 1992 até 2012. Na reeleição de Bordignon em 2000, por exemplo, temos o único momento no qual os votos do candidato petista, como vencedor do pleito, superam o dobro de votos do segundo colocado. Isto é demonstrativo da assimetria de apoio político dele, conquistada no percurso de sua carreira política, frente aos outros políticos do município. A saída dele do PT, em 2016, significou uma vertiginosa queda eleitoral do PT em Gravataí que ficou sem vereadores eleitos e sem estar nas primeiras duas posições na corrida para a Prefeitura, situação inédita em 20 anos de disputas eleitorais do partido na cidade.

O ocaso do PT de Gravataí sinaliza perspectivas que podem vir a ocorrer com o PT nacional caso seja mantida uma direção partidária alicerçada, apenas, na liderança populista de Luís Inácio Lula da Silva. O estudo de caso aqui analisado, que possui muitas características similares de trajetória com o PT nacional, mostra que a ausência da liderança populista acarretou na queda drástica de votação do eleitorado que estava mais identificado com o líder populista do que com o partido. Os efeitos dos sucessivos escândalos de corrupção contra a classe política têm mostrado um crescente antipartidarismo relacionado ao Partido dos Trabalhadores, em que pese a popularidade de Lula continuar em patamares elevados.

É de se cogitar que o encolhimento do PT visto nas eleições municipais de 2016, aonde a participação de Lula apoiando candidatos quase não surtiu efeito no eleitorado, se acentue na medida em que ocorra um afastamento de Lula da corrida presidencial, em razão de inúmeros fatores (prisão, decisão pessoal de afastamento, falecimento, etc.). Essa tendência de encolhimento partidário é uma realidade se o partido não cogitar renovar suas lideranças, e uma das maneiras de se conseguir isso é colocando novos rostos para o teste eleitoral das urnas, fazendo

com que estas jovens lideranças se tornem conhecidas do público. A permanência de Lula como candidato presidencial prioritário do PT pode atrasar esse processo de renovação de lideranças e de recuperação eleitoral da sigla em um cenário político no qual o conservadorismo domina não só o país, mas também vários países vizinhos da América do Sul.

Qualquer partido que queira se manter competitivo na arena eleitoral precisa, além de bons quadros, de uma organização partidária sólida que sobreviva a saída de uma liderança importante sem sofrer tantos abalos no apoio do eleitorado. No caso aqui analisado da cidade de Gravataí, a estrutura partidária petista ruiu na saída da sua principal força política. O PT nacional pode estar refém da presença simbólica do ex-Presidente Lula para que continue sendo umas das principais forças do sistema partidário brasileiro.

Referências

ALMEIDA, Carlos Alberto. (2008). *A Cabeça do Eleitor: Estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral*. Rio de Janeiro: Editora Record.

CONCEIÇÃO, Bruno. (2015). “Sistema Eleitoral e Reeleição nas eleições municipais de 2012 para o executivo no Brasil”. *Revista Eletrônica de Ciência Política - recp*, v. 6, p. 11-25.

COX, Gary. (1997). *Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems*. Cambridge: Cambridge University Press.

DUVERGER, Maurice. (1970). *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar.

HEREDIA, Beatriz M. Alasia de. (2006). “Lutas entre iguais: as disputas no interior de uma facção política”. IN: PALMEIRA, Moacyr; BARREIRA Cesar (Orgs). *Política no Brasil: Visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

LAAKSO, Marku; TAAGEPERA, Rein. (1979). “Effective Number of Parties: A measure with application to West Europe”. *Comparative Political Studies*. Nº12, p. 3-27.

LACERDA, Alan Daniel. (2002). “O PT e a unidade partidária como problema”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 39-76.

MARENCO, André. (2009). “Notas sobre as eleições 2008 em Porto Alegre”. IN: BAQUERO, Marcelo; CREMONESE, Dejalma (Orgs). *Eleições municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro*. Ijuí: Editora Unijuí.

NICOLAU, Jairo. (2012). *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

NICOLAU, Jairo. (2005). “Partidos na república de 1946: uma réplica metodológica”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, Sept, p. 57-59.

PANIZZA, Francisco. (2005). “Introduction: populism and the mirror of Democracy”. IN: PANIZZA, Francisco. *Populism and the mirror of Democracy*. London: Verso.

PONT, Raul. (1999). “O papel dos governos petistas no projeto partidário”. IN: MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente. (Orgs). *Governo e Cidadania: Balanços e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. (2008). *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SAMUELS, David. (2008). “A evolução do petismo (2002-2008)”. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, nº02, Novembro, p. 302- 318.

SHUGART, Matthew; CAREY, John. (1992). *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press.

WEFFORT, Francisco. (1978). *O Populismo na Política Brasileira*. São Paulo: Paz e Terra.

Recebido em: 05/04/2017
Aprovado em: 06/09/2017